

COM A PALAVRA, OS INDÍGENAS: APRESENTAÇÃO AOS TEXTOS

Clarice Cohn

Na seção que segue, quem assume a palavra são representantes dos povos indígenas diretamente impactados por Belo Monte, residentes na cidade de Altamira, na Volta Grande do Rio Xingu ou no Rio Bacajá. Povos que terão suas vidas severamente afetadas, em diferentes aspectos, quando a barragem já tiver fechado o rio e iniciado seu próprio curso para a geração de energia tanto na barragem do Sítio Pimental, após a qual se inicia o “trecho de vazão reduzida” do Xingu, quanto nas turbinas onde chegará, pelo canal de derivação, um rio artificial aberto na mata rumo a Belo Monte. Para os citadinos, a montante da barragem, onde o rio subirá, os impactos estão na cidade em que vivem, no remanejamento de suas casas, na sobrecarga dos serviços públicos que os atendem, etc. Para os Juruna do Paquiçamba e para os Arara da Volta Grande, que vivem a jusante da barragem, o impacto está principalmente na seca do rio Xingu. Para os Juruna do km 17, na seca do Xingu, nos efeitos na cidade e o canal de derivação que explodirá um canal de rio o qual desviará as águas que hoje correm na Volta Grande para ganhar maior impulso e chegar mais diretamente nas turbinas do outro lado do laço atualmente desenhado pelo rio, na cidade de Belo Monte. Para os Xikrin do rio Bacajá, tanto na eminência da seca do seu rio, que deságua no Xingu em sua Volta Grande, quanto na indefinição constante – primeiro de sua qualidade de afetados, já

que o eram, por definição, “indiretamente”; depois, conquistado este reconhecimento, do futuro de seu rio, que, se eles sabem secará, os estudos técnicos, hidrológicos e de impacto dizem que não será afetado, a não ser em sua foz, distante da Terra Indígena.

Assim, a jusante ou a montante da barragem, às margens do rio, residindo na cidade ou mais para o interior, no Xingu ou no Bacajá, o cenário de indefinição sobre o futuro é o que há de comum a estes povos hoje. Assim, também, a certeza da sobrecarga nos serviços urbanos e de atenção à saúde e à educação, e da pressão demográfica sobre os recursos naturais, pesqueiros e florestais, hoje à sua disposição, a invasão de suas terras, em especial as em processo de demarcação, que esperam sua desintrusão. Sem contar as doenças, como as zoonoses, a prostituição, e tantos outros problemas.

Estes textos nasceram de diversos modos, mas todos respondendo a um convite para colaborar com este dossiê. O depoimento de Ngrehndjãm, a Rafaela, jovem Xikrin, me foi concedido e à minha orientanda Camila Beltrame, na Casa do Índio, em Altamira, em janeiro de 2012, quando ela convidou também Ozimar Juruna, da Terra Indígena Paquiçamba, para relatar suas impressões, também gravadas e transcritas.¹ Sheyla Juruna enviou

1 As viagens a Altamira e às aldeias Xikrin da Terra Indígena Trancheira-Bacajá foram possibilitadas pelo financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pelo projeto “Observatório da Educação Escolar Indígena da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)”, que coordeno, e pelo “Projeto Temático Redes Ameríndias”, da Universidade de São Paulo (USP), do qual participo como pesquisadora. A viagem de Camila Beltrame, que é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSCar) sob minha orientação, foi financiada pela Capes por meio do mesmo projeto, no qual é pesquisadora. Agradecemos a ambas as agências pelo apoio à pesquisa sobre os regimes de conhecimento e a escolarização Xikrin que possibilitou ainda trazer estas vozes a público. Ressaltamos que essas

seu texto por email, tendo sido contatada e convidada, a nosso pedido, por Maria Elisa Guedes. José Carlos Arara escreveu seu texto e o remeteu primeiro a Marlinda Patrício, que se responsabilizou pelo convite e por esta mediação, e o revisou, junto a ele, e nos encaminhou. Mayra Pascuet colaborou com uma entrevista com uma militante de organização dos índios citadinos de Altamira que preferiu não se identificar. A carta da aldeia do Bacajá foi redigida coletivamente, em Xikrin, pelos homens da aldeia, transcrita e traduzida por Tõnmêre e por mim. Agradecemos a todos pela contribuição e colaboração, seja no contato, na revisão, na transcrição de textos e falas, seja ao partilhar conosco suas reflexões, seus depoimentos e seus desabafos.

No momento em que os textos foram produzidos, um dos maiores problemas vividos por todos estes povos decorria do Plano Emergencial, ao qual a maioria se refere e sobre o qual gostaria de adiantar alguns esclarecimentos. Este Plano Emergencial foi acordado por Funai e Norte Energia S.A., tendo em vista os impactos já sofridos por estas populações durante o processo de licenciamento, e deveria vigorar até o início do Plano Básico Ambiental Componente Indígena. Por este Plano Emergencial, já descrito em diversos capítulos deste livro, cada

agências financiaram nossas atividades de pesquisa, estando isentas de qualquer responsabilização pela publicação destes textos; a viagem de pesquisa, para Altamira e para as atuais oito aldeias da Terra Indígena Trinchira-Bacajá, que visava discutir com os Xikrin, com quem trabalho desde a década de 1990 e com os quais Camila se inicia no trabalho, suas escolas, formação de professores e regimes de conhecimento, acabou por focar também, e inevitavelmente, Belo Monte e seus impactos, tendo em vista o enorme impacto que tem sobre estas questões, e por ser esta a preocupação principal das comunidades visitadas e continuamente discutida na Casa do Índio em Altamira. Na condição de interlocutora em quem confiam, os Xikrin confiaram também a mim a transmissão dessas mensagens, da aldeia do Bacajá, de Ngrenhdjãm e de seus aliados, o que faço por meio deste dossiê.

aldeia do que foi convencionado chamar Médio Xingu (no rio Xingu, dos Parakanã, Araweté, Asurini, Arara da Volta Grande e Juruna do Paquiçamba; no rio Iriri, dos Xipaya, Curuaya, Arara da Cachoeira Seca, Arara do Laranjal e Kararaô; do rio Bacajá, dos Xikrin) e duas associações de cidadãos recebiam mensalmente o valor de R\$ 30 mil para serem gastos em produtos adquiridos pela Norte Energia a partir de uma lista de compras feita por cada comunidade. No início deste processo, a Funai local intermediava a relação entre as comunidades e o empreendedor, revisando a lista e emitindo ofícios para a Norte Energia efetivar as compras. Como as comunidades achavam este processo muito burocratizado, demandando diversos ofícios, e percebiam a atuação da Funai como “censora”, esta deixou de atuar como intermediária. Este recurso foi utilizado para a compra de embarcações, motores, combustível, ferramentas, comida industrializada, vestimentas e calçados. As compras eram então transportadas para as aldeias com o recurso da comunidade, debitados deste valor mensal, pelas próprias lideranças. Assim, na prática, o Plano Emergencial teve como consequência aumentar o fluxo de bens industrializados nas aldeias, inclusive alimentos, potencializar as disputas por liderança e recursos (bens e dinheiro), acirrar o faccionalismo e as disputas entre comunidades, aumentar o trânsito e o tempo de permanência dos indígenas não residentes em Altamira nesta cidade, principalmente das lideranças, que tinham de acompanhar todo este processo. Mais que isso, causava espanto e confusão nas lideranças e comunidades a afirmação constante da Funai de que este órgão não permitiria mais a indenização monetária das comunidades indígenas impactadas por megaempreendimentos, como o fez no passado, e aprovaria apenas projetos e programas como compensação dos impactos. Difícil entender, especialmente quando o que viam era apenas um recurso monetário a que nunca tinham acesso direto, mas apenas aos produtos após

toda a burocracia das “listas”, e quando nunca viam o tal Plano Básico Ambiental (PBA) ter início.² Era nestas circunstâncias que estavam os colaboradores indígenas deste dossiê, e várias de suas falas e de seus textos comentam as ambiguidades inerentes a este processo que se viam obrigados a viver.

Hoje, passado um ano da elaboração destes textos, o Plano Emergencial se encerrou, embora o PBA indígena não tenha efetivamente iniciado, e o rio se encontra já praticamente fechado. Em junho de 2012, os indígenas do Médio Xingu ocuparam a enseadeira, um dos três sítios de construção da barragem, que estava sendo levantada para fechar o rio no Sítio Pimental de modo a permitir a elevação definitiva da barragem no rio Xingu que fechará o rio em sua Volta Grande. A movimentação na água poluiu o rio, que já secava a sua jusante nos canais em que o rio já estava barrado, causando diarreia e problemas de pele entre os Juruna do Paquiçamba e os Arara da Volta Grande, embora a piora das condições da água em que se banham e que bebem não tenha sido nem precedida nem mesmo acompanhada pela construção dos poços que lhes foram prometidos; o mecanismo

2 Gostaria de frisar que os maiores problemas do Plano Emergencial não estavam necessariamente na alocação de recursos monetários para as comunidades indígenas, o que tem seu impacto e problemas que merecem ser discutidos, mas no modo transitório e pouco definido como era feito – foi apresentado como sendo algo que aconteceria até o início do PBA, e sempre foi dúvida em relação aos papéis institucionais envolvidos (a Norte Energia faz as compras, a Funai revê as listas e as aprova para compra, os indígenas não têm acesso ao recurso, mas apenas aos bens, e nunca veem uma prestação de contas que lhes pareça esclarecedora e satisfatória, etc.) e a insistência de que esta alocação de recursos seria transitória, rumando a projetos e ao Plano Básico Ambiental. Assim, o problema maior era entender porque estavam recebendo dinheiro a título de compensação de impacto quando ao mesmo tempo se lhes diz que a Funai não mais adotará este procedimento; e o que é o PBA e estes projetos, que efetivamente não começaram quando o Plano Emergencial já acabou.

de transposição da barragem que garantiria a continuidade do acesso a Altamira, e seus bens e serviços, destas populações da Volta Grande e dos Xikrin do Bacajá não havia sido ainda acordado, como o deveria, pelos indígenas;³ a desintrusão das Terras Indígenas não havia ainda acontecido; e o Plano Básico Ambiental não havia ainda sido sequer aprovado pela Funai (o foi apenas em agosto de 2012) para que se pudesse dar início aos programas de compensação. As condicionantes estavam, quase todas, atrasadas e descumpridas. Mas eles desocuparam a enseadeira após o pedido, em uma das várias reuniões de negociação, do então presidente da Norte Energia S.A. para que eles dessem um “voto de confiança” à sua promessa de que as condicionantes iriam ser cumpridas. Isso foi em meados de 2012. Iniciando 2013, a palavra dada pelos empreendedores ainda não foi cumprida. Desse modo, os textos, que são depoimentos, análises e testemunhos de um momento muito particular, continuam, no entanto, valendo como no momento em que foram primeiro produzidos.

3 Gostaria ainda de lembrar que os ribeirinhos não indígenas foram retirados da Volta Grande do Xingu e estão em processo de reassentamento, tendo permanecido apenas os indígenas. Este dado talvez seja mais relevante se se considerar que a necessidade de realocação dos indígenas poderia configurar um impedimento jurídico para a construção da obra.